



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**

Ato GP nº 08/2010, de 24/05/2010

**O Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, publicada no D.O.U. de 05/05/2000,

**R E S O L V E** publicar o quadro “Demonstrativo da Despesa com Pessoal”, referente ao Relatório de Gestão Fiscal do TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO, do período de maio de 2009 a abril de 2010.

**DECIO SEBASTIÃO DAIDONE**  
Desembargador Presidente do Tribunal



UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 MAIO/2009 A ABRIL/2010

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ Mil

DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (Últimos 12 meses)		
	Liquidadas	Inscritas em Restos a Pagar não Processados	Total
	(a)	(b)	(c) = (a) + (b)
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>1.185.558</b>	<b>1.750</b>	<b>1.187.308</b>
Pessoal Ativo	<b>814.063</b>	<b>1.226</b>	<b>815.289</b>
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	0	0	<b>0</b>
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	6.488	0	<b>6.488</b>
Demais Despesas com Pessoal Ativo	807.575	1.226	<b>808.801</b>
Pessoal Inativo e Pensionistas	<b>371.495</b>	<b>524</b>	<b>372.019</b>
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	272	0	<b>272</b>
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	0	0	<b>0</b>
Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	371.223	524	<b>371.747</b>
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	0	0	<b>0</b>
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)</b>	<b>380.568</b>	<b>1.170</b>	<b>381.738</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0	0	<b>0</b>
Decorrentes de Decisão Judicial	6.488	0	<b>6.488</b>
Despesas de Exercícios Anteriores	7.596	1.170	<b>8.766</b>
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	366.484	0	<b>366.484</b>
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>804.990</b>	<b>580</b>	<b>805.570</b>

**APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL**

<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>			<b>468.699.862</b>
<b>% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV) x 100</b>	<b>0,171750%</b>	<b>0,000124%</b>	<b>0,171873%</b>
<b>LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)</b>	<b>0,365117%</b>		<b>1.711.303</b>
<b>LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)</b>	<b>0,346861%</b>		<b>1.625.738</b>

FONTE : SIAFI e SCOT/SCOF/TRT 2ª REGIÃO

Notas:

- 1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
  - a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art.63 da Lei 4.320/64;
  - b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da lei 4.320/64.
- 2) Devido à impossibilidade de se segregar os valores entre Ativos, Inativos e Pensionistas, quanto às Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta), todo o saldo foi lançado como Pessoal Ativo.
- 3) No item "Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)", foram consideradas as despesas com:
  - a) Precatórios da Administração Direta, classificada no item de despesa 33190.91.05, no valor de R\$ 4.805 (em milhares), e
  - b) Sentenças de Pequeno Valor, classificada no item 33190.91.06, no montante de R\$ 1.683 (em milhares).
- 4) Na despesa com Pessoal, não foi considerado o montante de R\$ 1.449 (em milhares), referente aos "Destaques", destinados aos pagamentos de Precatórios da Administração Indireta, classificados no item de despesa 33190.91.07, tendo em vista o disposto na Portaria nº 575/2007 da Secretaria do Tesouro Nacional, bem como na determinação contida no Acórdão nº 346/2006 - TCU - Plenário.

Assinaturas (dispositivo relacionado: art. 54, III, parágrafo único da LRF):

**DECIO SEBASTIÃO DAIDONE**  
Desembargador Presidente do TRT 2ª Região

**LUÍS ALBERTO DAGUANO**  
Diretor Geral da Administração

**NIVALDO CATANIA**  
Diretor da Secretaria de Coordenação Orçamentária e Financeira

**RITA KOTOMI YURI**  
Diretora da Secretaria de Controle Interno